

CanalEnergia.com.br

Brasil terá que mudar seu sistema de geração na próxima década

Térmicas, solar e eólicas são apontadas como as alternativas mais viáveis no país ao passo que os grandes aproveitamentos hidrelétricos estarão utilizados até 2035

Maurício Godoi, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Notícia Exclusiva
20/08/2015

O Brasil tem que começar a preparar um modelo de transição em função do iminente uso total dos aproveitamentos hidráulicos econômico e socialmente viáveis no país. De cerca de 260 GW de potencial mapeados, 180 GW podem ser comercialmente explorados. E a perspectiva é de que nos próximos 10 anos o planejamento já esteja olhando para as demais fontes já que a estimativa é de que entre 2030 e 2035 já não existam novas UHEs de grande porte no país.

De acordo com o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, a tendência do país é de que a transição seja da fonte hidrelétrica para a térmica e aí estão incluídas até mesmo as centrais nucleares. Depois de 2030 em termos hídricos o país deverá ter apenas PCHs e usinas médias ao passo que as usinas estruturantes como as planejadas no AHE do Tapajós são concluídas para o final desta década e início da próxima.

"Temos que fazer a transição das UHEs para as térmicas até o final da década, que está muito próxima", disse o representante do MME em sua apresentação no Brazil Energy Frontiers, evento realizado pelo Instituto Acende Brasil, em São Paulo. "Teremos que ter outras fontes complementado por fontes renováveis e as térmicas com perfil de operação de base, não há mais espaço para as térmicas complementares que são as que funcionam a combustíveis fósseis", indicou.

Na região Sul, exemplificou Altino Ventura Filho, o carvão terá uma função importante já que o esse submercado no país é o que mais depende da interligação do SIN para atender a demanda no período seco. Com isso, utilizar os recursos disponíveis naquela região é importante para atribuir uma certa independência e segurança energética. Nesse sentido, ele destacou o desenvolvimento de um programa do uso de gás do carvão mineral para estimular a energia térmica naqueles estados.

"A terceira fase de desenvolvimento do setor passa pela alteração do modo de operação de seus sistema de geração. As hidrelétricas terão função de ponta e as térmicas de base. Em meados da próxima década a predominância deverá passar da hídrica para a térmica e demandará novos procedimentos de planejamento e operação", enfatizou.

O consultor José Luiz Alqueres destacou que se o país quiser realmente colocar a térmica nuclear como um programa de base não há cinco ou 10 anos para se começar o planejamento das 12 novas centrais que o governo sinaliza para o país nos próximos anos. Segundo ele, há uma grande barreira que precisa ser superada que é a opinião pública e a alteração da constituição que permite a entrada do capital privado nesse campo, fato que hoje não é permitido. "Deveríamos ter mais nucleares do que as 12 indicadas, o ministro deveria ser mais ambicioso nesse campo", disse Alqueres.

Já o professor da USP, Ildo Sauer, disse que há deficiências no planejamento que precisa ser revisto em função da operação centralizada. Ele defende as fontes intermitentes no país operando em um sistema hidro-eólico e com a participação massiva da solar já que esses recursos são abundantes no país. "Não deveríamos usar petróleo e seus derivados quando temos sol e vento suficiente, vejo um sistema hidro-eólico e com complementação térmica ao mesmo tempo que utilizamos todo o potencial hidráulico possível e a geração distribuída com base na solar fotovoltaica", apontou ele.

O Brasil tem que começar a preparar um modelo de transição em função do iminente uso total dos aproveitamentos hidráulicos econômico e socialmente viáveis no país. De cerca de 260 GW de potencial mapeados, 180 GW podem ser comercialmente explorados. E a perspectiva é de que nos próximos 10 anos o planejamento já esteja olhando para as demais fontes já que a estimativa é de que entre 2030 e 2035 já não existam novas UHEs de grande porte no país.

De acordo com o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, a tendência do país é de que a transição seja da fonte hidrelétrica para a térmica e aí estão incluídas até mesmo as centrais nucleares. Depois de 2030 em termos hídricos o país deverá ter apenas PCHs e usinas médias ao passo que as usinas estruturantes como as planejadas no AHE do Tapajós são concluídas para o final desta década e início da próxima.

"Temos que fazer a transição das UHEs para as térmicas até o final da década, que está muito próxima", disse o representante do MME em sua apresentação no Brazil Energy Frontiers, evento realizado pelo Instituto Acende Brasil, em São Paulo. "Teremos que ter outras fontes complementado por fontes renováveis e as térmicas com perfil de operação de base, não há mais espaço para as térmicas complementares que são as que funcionam a combustíveis fósseis", indicou.

Na região Sul, exemplificou Altino Ventura Filho, o carvão terá uma função importante já que o esse submercado no país é o que mais depende da interligação do SIN para atender a demanda no período seco. Com isso, utilizar os recursos disponíveis naquela região é importante para atribuir uma certa independência e segurança energética. Nesse sentido, ele destacou o desenvolvimento de um programa do uso de gás do carvão mineral para estimular a energia térmica naqueles estados.

"A terceira fase de desenvolvimento do setor passa pela alteração do modo de operação de seus sistema de geração. As hidrelétricas terão função de ponta e as térmicas de base. Em meados da próxima década a predominância deverá passar da hídrica para a térmica e demandará novos procedimentos de planejamento e operação", enfatizou.

O consultor José Luiz Alqueres destacou que se o país quiser realmente colocar a térmica nuclear como um programa de base não há cinco ou 10 anos para se começar o planejamento das 12 novas centrais que o governo sinaliza para o país nos próximos anos. Segundo ele, há uma grande barreira que precisa ser

superada que é a opinião pública e a alteração da constituição que permite a entrada do capital privado nesse campo, fato que hoje não é permitido. "Deveríamos ter mais nucleares do que as 12 indicadas, o ministro deveria ser mais ambicioso nesse campo", disse Alqueres.

Já o professor da USP, Ildo Sauer, disse que há deficiências no planejamento que precisa ser revisto em função da operação centralizada. Ele defende as fontes intermitentes no país operando em um sistema hidroelétrico e com a participação massiva da solar já que esses recursos são abundantes no país. "Não deveríamos usar petróleo e seus derivados quando temos sol e vento suficiente, vejo um sistema hidroelétrico e com complementação térmica ao mesmo tempo que utilizamos todo o potencial hidráulico possível e a geração distribuída com base na solar fotovoltaica", apontou ele